'SERÁ QUE O ANTIGO PRECONCEITO NÃO É FORTE DEMAIS?': A UNIÃO NO ROMANCE DE JANE AUSTEN*

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i25p166-180>

Thiago Rhys Bezerra Cass

Universidade de São Paulo (USP) / PNPD-Capes

RESUMO

Um dos traços distintivos dos romances adultos de Jane Austen é a ausência de qualquer incursão ficcional à chamada periferia celta do Reino Unido: Escócia, Gales e Irlanda. Tal interdição, embora deliberada, contraria o ostensivo realismo de Austen. Este ensaio discute como os romances de Austen, situados exclusivamente na Inglaterra, apenas com personagens ingleses, engendram, compensatoriamente, uma reticência narrativa que expõe a incompletude da União.

PALAVRAS-CHAVE:

Jane Austen.
Romance.
União.
Escócia.
Irlanda.
Inglaterra.

ABSTRACT

One of the defining features of Jane Austen's major novels is the lack of any fictional incursion into the so-called Celtic fringe of the United Kingdom: Scotland, Ireland, and Wales. Such interdiction, although deliberate, is at odds with Austen's professed realism. This paper is invested in showing how her novels, all of them set in England and with English characters, compensatively engender a narrative reticence that exposes the incompleteness of the Union.

KEYWORDS:

Jane Austen.
Novel.
Union.
Scotland.
Ireland.
England.

R

einos diferentes

Num artigo recente, Colleen Taylor insta os *Janeites* e *Austenites* das mais diversas latitudes a superarem sua notória animosidade para com Miss Bates, uma personagem de *Emma* (1815), o último romance que Jane Austen publicou em vida.¹ Sua exortação provavelmente encontrará ouvidos moucos. A interminável tagarelice de Miss Bates põe à prova a paciência até dos leitores mais determinados. É enorme a tentação de se fazer uma leitura salteada dos diálogos de que toma parte. O próprio Wayne C. Booth, famoso também por suas considerações sobre a ética da ficção, admitiria deleitar-se com o episódio da excursão a Box Hill, em que Emma destrata e insulta a “terrivelmente aborrecida” Miss Bates.² A demanda que sua logorreia faz à nossa concentração, no entanto, observa Taylor, não nos deveria desobrigar de prestarmos atenção àquilo que a velha senhora nos diz. Sua fala tateante, permeada por anacolutos e circunlóquios, pode ser, sim, bastante reveladora.

Ao contar para Emma que sua sobrinha, Jane Fairfax, deixará a casa dos Campbells em Londres para passar três meses em Highbury, Miss Bates inadvertidamente produz um diagnóstico preciso da situação política da Grã-Bretanha³ nas primeiras décadas do século XIX. Os Campbells, começa Miss Bates, vão para a Irlanda.⁴ Foram convencidos por sua filha, a Sra. Dixon, a atravessarem o mar para visitá-la. Não tencionavam visitá-la antes do verão, continua a prolixa senhora, mas a Sra. Dixon estava demasiado impaciente por reencontrá-los — “deve ser muito estranho isso de estarem em reinos diferentes, ou melhor, quero dizer, em países diferentes”.⁵ À primeira vista, a hesitação de Miss Bates quanto à designação da Irlanda — seria um reino ou seria um país? — não parece ter maiores consequências. Fiona Stafford, que organiza a edição da Penguin de *Emma*, toma a passagem como mero indício da confusão mental de Miss Bates, incapaz de se acostumar com a recente União entre

* Pesquisa subvencionada por Bolsa PNPD-Capes, concedida pelo DTLLC/FFLCH-USP.

¹ TAYLOR, Colleen. “Austen Answers the Irish Question: Satire, Anxiety, and *Emma*’s Allusory Ireland”. *Persuasions: The Jane Austen Journal*, v. 38 (2016), p. 218-227. Meu débito para com o trabalho de Taylor é muito maior do que transparece nestas notas de rodapé. Em larga medida, este artigo é uma expansão da análise que Taylor faz das evocações à Irlanda em *Emma*.

² BOOTH, Wayne C. *The Rhetoric of Fiction*. 2. ed. Chicago – Londres: UCP, 1983, p. 263.

³ Tecnicamente, “Grã-Bretanha” é o nome dado à união política entre Inglaterra e Escócia. “Reino Unido” designa a união da Grã-Bretanha (Inglaterra + Escócia) à Irlanda (hoje, à Irlanda do Norte). Por mera conveniência, muitas vezes usarei os termos “Grã-Bretanha” e “Reino Unido” como sinônimos.

⁴ AUSTEN, Jane. *Emma*. 3. ed. Ed. Stephen M. Parish. Nova Iorque – Londres: Norton, 2000, p.102. Prefiro providenciar eu mesmo as traduções de Jane Austen, a fim de trazer à tona, com mais ênfase, o subtexto político de minha análise.

⁵ “[...] [it] must make it very strange to be in different kingdoms, I was going to say, but however different countries” (idem, *ibidem*).

a Grã-Bretanha e a Irlanda.⁶ Mas talvez Miss Bates seja mais arguta do que usualmente se supõe.⁷ Afinal, à época da publicação de *Emma*, o *status* da Irlanda e de toda a chamada *Celtic fringe* (periferia celta: Irlanda, Gales e Escócia) era, para dizer o mínimo, dúbio.

Oficialmente, o Estado britânico não estabelecia distinções entre as *Home Nations* sob sua jurisdição. Tal Estado nascera em 1707, com a União das casas legislativas da Inglaterra e da Escócia, e fora expandido em 1801, com a dissolução do Parlamento de Dublin e a incorporação de seus representantes a Whitehall. O arranjo unionista, de acordo com um de seus mais ardorosos defensores, Daniel Defoe, consistia num esquema de paz eterna, a redundar em tranquilidade duradoura e notável incremento em poder, riqueza e magnificência.⁸ Alguns dos habitantes de cidades como Glasgow, Edimburgo e Belfast começavam, de fato, a se beneficiar do influxo de recursos decorrente da expansão do império britânico. Sem a União, seria impensável o florescimento das universidades escocesas no século XVIII, e que tornaria Edimburgo, na expressão de Tobias Smollett, “um viveiro do gênio”.⁹ Eram manifestos, entretanto, os sinais de que essa prosperidade sem precedentes seria negada à maioria da *Celtic fringe*. Na clássica formulação de Michael Hatcher, havia uma “divisão cultural do trabalho” no Reino Unido, porquanto se orientava para fora a economia das regiões etnicamente diversas do centro metropolitano.¹⁰ Como corolário, a *Celtic fringe* experimentava a estranha convivência de instituições representativas do Estado britânico com instituições de vocação inequivocamente colonial (que depois seriam adaptadas à administração da Índia, dos Domínios e de certas partes do Império). A elevação do *highlander* John Stuart, Earl of Bute, à honraria de primeiro-ministro em 1762, por exemplo, seria contemporânea à ocupação militar das Terras Altas, que tanto contribuiu para a dissolução dos clãs. E, a despeito da participação irlandesa no Parlamento, Londres indicava um Lord Lieutenant, ou Vice-rei, e um Secretário-Chefe com poderes executivos sobre as questões locais.¹¹ Publicados quase simultaneamente a *Emma*, dois romances dão conta da frustração que começava a eclodir nas porções mais depauperadas das Ilhas Britânicas: *O'Donnel* (1814) e *Clan-Albin* (1815). Em *O'Donnel*, da irlandesa Lady Morgan, denunciavam-se o preconceito contra a maioria

⁶ AUSTEN, Jane. *Emma*. Ed. Fiona Stafford. Londres: Penguin, 2003, p. 465, n. 4.

⁷ Para Pam Morris, o discurso de Miss Bates dá voz aos excluídos do consenso privilegiado do que – ou de quem – constituiria a sociedade da Inglaterra (MORRIS, Pam. *Jane Austen, Virginia Woolf and Worldly Realism*. Edimburgo: EUP, 2017, p. 101).

⁸ DEFOE, Daniel. “An Essay at Removing National Prejudices against a Union with Scotland: Part I”. *Political and Economic Writings of Daniel Defoe*. Ed. W. R. Owens; P. N. Furbank. Londres – Nova Iorque: Routledge, 2000, v. 4, p. 44. Para um exame histórico dos múltiplos sentidos atribuídos à União entre Inglaterra e Escócia, ver KIDD, Colin. *Union and Unionisms: Political Thought in Scotland, 1500-2000*. Cambridge: CUP, 2008, p. 81 e ss.

⁹ SMOLLETT, Tobias. *The Expedition of Humphry Clinker*. Ed. Thomas R. Preston; O. M. Brack Jr. Athens, GA – Londres: University of Georgia Press, 1990, p. 227.

¹⁰ HATCHER, Michael. *Internal Colonialism: the Celtic Fringe in British National Development, 1536-1966*. Berkeley – Los Angeles: University of California Press, 1975, p. 9.

¹¹ Cf. JACKSON, Alvin. “Ireland, the Union, and the Empire, 1800-1960”. In: KENNY, Kevin (ed.). *Ireland and the British Empire*. Oxford – Nova Iorque: OUP, 2004, p. 123-153, esp. p. 125.

católica, a pobreza deplorável em que subsistiam quase todos os agricultores e a indiferença de uma aristocracia que, embora auferisse sua riqueza em terras irlandesas, preferia viver junto à Corte. Cientes de sua longa e irresistível degradação, lamenta a personagem titular de *O'Donnel*, os camponeses da Irlanda se tornaram servís em face de seus superiores. Fossem outras as circunstâncias, pondera, talvez pudessem se portar de maneira mais altiva.¹² Em *Clan-Albin*, da escocesa Christian Isobel Johnston, representam-se a expulsão dos camponeses *highlanders* de suas terras ancestrais (as chamadas *Clearances*) e a sua consequente trajetória de miséria, emigração e desterro. Ainda no início do romance, os habitantes de Glen-Albin são despejados pelo novo proprietário. Sem alternativas, “os exilados da Escócia” rumaram para a América.¹³

A tortuosa fala de Miss Bates trai uma consciência de que a vida na *Celtic fringe* era muito mais incerta e turbulenta que em qualquer canto da Inglaterra: a Sra. Dixon “escreveu uma carta muito insistente para sua mãe – ou seu pai, não sei bem qual, mas logo veremos na carta de Jane – escreveu tanto em nome do Sr. Dixon quanto do seu, para compeli-los a viajarem imediatamente”.¹⁴ Seu relato entrecortado sobre as idas e vindas dos Campbells, de Jane Fairfax e da Sra. Dixon são perpassados por um sentimento de urgência que parece escapar à própria personagem. Afinal, por que os Campbells não poderiam esperar até o próximo verão para reencontrarem a Sra. Dixon? Por que a Sra. Dixon estava tão impaciente por rever seus pais? Por que escreveu uma carta, também subscrita pelo Sr. Dixon, implorando para que os Campbells fossem agora mesmo para a Irlanda? O que ocorria em Bally-craig, a província no noroeste da Irlanda onde os Dixons fixaram residência, que exigia a presença imediata dos Campbells? Todas são perguntas que ficam sem resposta ao longo do romance.

Com efeito, a narradora quase nunca leva o leitor para além de Sussex, o condado na afluyente região sul da Inglaterra em que ficaria Highbury, onde se detém em evocações um tanto idílicas da vegetação inglesa, do cultivo inglês e do conforto inglês, “vistos sob um sol luminoso, jamais opressivo”.¹⁵ E, decerto, não permite que cruzemos o mar junto com os Campbells. Todavia, há indícios de que as coisas talvez não estivessem lá muito bem em Bally-craig. Em múltiplas ocasiões, a narradora nos informa de que os Campbells foram compelidos a prolongar sua temporada na Irlanda: “foram para a Irlanda por três meses, mas agora os Campbells prometeram à sua filha que ficariam até julho”.¹⁶ Páginas

¹² MORGAN, Lady. *O'Donnel. A National Tale*, 1814, v. 1, p. 202-203.

¹³ JOHNSTONE, Christian Isobel. *Clan-Albin: A National Tale*. Ed. Andrew Monnickendam. Glasgow: ASSLS, 2003, p. 58.

¹⁴ “[...] she wrote a very urgent letter to her mother—or her father, I declare I do not know which it was, but we shall see presently in Jane’s letter—wrote in Mr. Dixon’s name as well as her own, to press their coming over directly [...]” (AUSTEN, Jane. *Emma*. Ed. Stephen M. Parish cit., p. 102).

¹⁵ “[...] seen under a sun bright, without being oppressive” (idem, p. 236).

¹⁶ Trecho integral: “the Campbells were gone to Ireland for three months; but now the Campbells had promised their daughter to stay at least till Midsummer” (idem, p. 185).

depois, diz-se que o retorno dos Campbells da Irlanda foi mais uma vez adiado. Determinou-se que seria em agosto, ao invés de julho.¹⁷ E, na famosa cena do piano, Jane Fairfax diz que há muito não lhe chegam cartas dos Campbells. Os motivos de todos esses contratempos também não nos são jamais explicados. Talvez fossem a infraestrutura proverbialmente deficitária da Irlanda, em que as estradas, não raro, convertiam-se em atoleiros e os correios funcionavam de modo irregular. Até mesmo a arquinacionalista Lady Morgan (à época, Sydney Owenson) já fizera troça da situação em seu terceiro romance, *The Wild Irish Girl* (1806). Viajar numa diligência postal irlandesa, segundo o narrador epistolar, seria um ato de flagelação voluntária.¹⁸ Contudo, dada a memória recente de sublevação e desordem na Irlanda, com as revoltas populares de 1798 e 1804, a sucessão de imprevistos, postergações e silêncios facilmente ganhava contornos agourentos. Maria Edgeworth, uma escritora por quem Austen nutria imensa admiração, há pouco publicara um romance, *Ennui* (1809), em que um preguiçoso aristocrata criado na Inglaterra se vê subitamente acuado pelos desdobramentos da Rebelião de 1798, cuja violência, diz-se, ameaçou destruir totalmente a ordem civil.¹⁹ Ademais, o irmão com quem Austen morou enquanto escrevia *Emma*, Henry, serviu na Irlanda em 1799, na pacificação do levante iniciado no ano anterior.²⁰ Talvez a situação na Irlanda estivesse por demais perigosa para que os Campbells pudessem arriscar uma viagem por terra de Bally-craig até Dublin, de onde embarcariam para a Inglaterra.

Silêncio

Sintomaticamente, nenhum dos seis romances adultos de Jane Austen promove uma incursão ficcional em Gales, Irlanda ou Escócia.²¹ Tal qual na fala de Miss Bates, essas *Home Nations* figuram como entidades espectrais, sobre as quais pouco se sabe ou se fala, mas que parecem repercutir, ainda que de maneira indireta, no cotidiano de um local ostensivamente próspero e estável (tão marcadamente inglês) como Highbury. Mas nem sempre Austen teve esse tipo de pudor. Em seus escritos de juventude, as personagens frequentemente excursionavam pelas porções mais ocidentais e setentrionais das Ilhas Britânicas. Em *Love and Freindship* [sic], uma novela epistolar escrita quando Austen tinha apenas quinze anos, uma mocinha chamada Laura vive numa das partes

¹⁷ Idem, p. 224.

¹⁸ OWENSON, Sydney (Lady Morgan). *The Wild Irish Girl: A National Tale*. Ed. Claire Connolly; Stephen Copley. Londres – Nova Iorque: Routledge, 2000, p. 17.

¹⁹ EDGEWORTH, Maria. “Ennui”. *Castle Rackrent and Ennui*. Ed. Marilyn Butler. Londres: Penguin, 1992, p. 245.

²⁰ Ver CAPLAN, Clive. “Jane Austen’s Soldier Brother: The Military Career of Captain Henry Thomas Austen of the Oxfordshire Regiment of Militia, 1793-1801”. *Persuasions*, v. 18 (1996), p. 122-142.

²¹ SOUTHAM, Brian C. “Jane Austen’s Englishness: Emma as National Tale”. *Persuasions: The Jane Austen Journal*, v. 30 (2008), p. 187-201. Ver também MORETTI, Franco. *Atlas of the European Novel*. Londres – Nova Iorque: Verso, 1998, p. 13-16.

mais “românticas” do Vale do rio Uske,²² situado ao sul de Gales, até se casar Edward, um viajante que acabara de conhecer. O casal passa por diversas atribulações, mas eventualmente se reúne e decide fixar residência num vilarejo nas Terras Altas da Escócia.²³ Em *Lesley Castle*, um romance epistolar incompleto, Matilda e Margaret vivem na região de Perth, na Escócia central. Sua paz chega precocemente ao fim quando seu pai se casa com uma inglesa. Caricaturalmente vulgar, a madrastra nada sabe fazer além de destilar preconceito: “odeio tudo que é escocês”, sentencia.²⁴

Alguns críticos, como Claire Lamont, especulam por que Austen interditaria o acesso de seus leitores às porções não inglesas da Grã-Bretanha em seus romances de maturidade.²⁵ Como demonstra a sátira à madrastra de Margaret e Matilda, em *Lesley Castle*, Austen tinha aversão a um certo *little-Englandism* de muitos de seus conterrâneos. Mais precisamente, suas afinidades muitas vezes parecem estar com os povos da *Celtic fringe*. Na adolescência, escrevera uma versão, nos termos do frontispício, deliberadamente “parcial, preconceituosa e ignorante” da História da Inglaterra. Ao contrário do que se veria numa obra historiográfica convencional, de orientação *whig*, os heróis aqui são Mary Queen of Scots e os católicos. Para Elizabeth e os protestantes, sobram acusações, reproches e epítetos desairosos. A execução da rainha escocesa no dia 8 de fevereiro de 1586, de acordo com a historiadora, merece a “censura eterna de Elizabeth, de seus ministros e da Inglaterra em geral”.²⁶ Tamanha propensão à tolerância, todavia, não redundou sequer numa tentativa, na novelística adulta de Austen, de se configurarem vozes e, por extensão, personagens provenientes de Escócia, Irlanda ou Gales, ainda que numa ambientação estritamente inglesa. Em *Emma*, a mera sugestão de que um amigo do Sr. Knightley, o Sr. Graham, tenciona contratar um senescal escocês é causa de consternação: “‘Algo me escapou do que você disse ao seu irmão,’ gritou Emma, ‘sobre seu amigo Sr. Graham querer empregar um administrador escocês, para supervisionar sua nova propriedade. Mas dará certo? Será que o antigo preconceito não é forte demais?’”²⁷

A própria Austen nos fornece algumas pistas sobre o porquê de ausência tão eloquente. Numa carta de 1814 a Anna, uma sobrinha sua que aspirava tornar-se romancista, Austen lhe recomenda não deixar a Inglaterra. “Permita que os Portmans sigam para a Irlanda, mas, como

²² AUSTEN, Jane. “Love and Freindship: a Novel in a Series of Letters”. *Juvenilia*. Ed. Peter Sabor. Cambridge – Nova Iorque: CUP, 2006, p. 104.

²³ Idem, p. 140.

²⁴ “I hate everything Scotch” (AUSTEN, Jane. “Lesley Castle: an Unfinished Novel in Letters”. *Juvenilia* cit., p. 159).

²⁵ LAMONT, Claire. “Jane Austen and the Nation”. In: JOHNSON, Claudia; TUIE, Clara (ed.). *A Companion to Jane Austen*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2012, p. 304-313.

²⁶ “[...] the everlasting Reproach of Elizabeth, her Ministers, and of England in general” (AUSTEN, Jane. “The History of England”. *Juvenilia* cit., p. 185).

²⁷ “‘I did not thoroughly understand what you were telling your brother,’ cried Emma, ‘about your friend Mr. Graham’s intending to have a baliff from Scotland, to look after his new estate. But will it answer? Will not the old prejudice be too strong?’” (AUSTEN, Jane. *Emma*. Ed. Stephen M. Parish cit., p. 68).

você desconhece os costumes de lá, é melhor que não os acompanhe. Correria o risco de representá-los falsamente”.²⁸ Aqui, Austen parece reconhecer em sua fase adulta que nem a União nem a subsequente introdução de instituições comuns foram suficientes para superar as profundas divergências históricas entre as *Home Nations*. Ainda que “elevados” à categoria de cidadãos britânicos, nada apagava o fato de que irlandeses moravam numa terra distante, sob um clima inclemente, falavam outra língua, tinham outra religião e guardavam a memória inapagável de séculos de domínio estrangeiro. Era inevitável que seus costumes fossem diversos daqueles das pessoas que viviam, para retomarmos uma citação de páginas atrás, sob o “conforto inglês”. Mais especificamente, Austen manifesta dúvida quanto à adequação das convenções da novelística inglesa para figurar a experiência na *Celtic fringe*. Conforme argumenta Franco Moretti, o modo ou o estilo realista, tal qual codificado ao final do século XVIII, pressupõe uma percepção do mundo como algo estável e duradouro.²⁹ Sem a certeza de que as coisas permanecerão mais ou menos da mesma maneira como se acham no presente, ou de que evolverão segundo um padrão ordenado e reconhecível, a tarefa precípua de um romance realista – mapear relações intersubjetivas por meio de um enredo inteligível – torna-se inexecutável.³⁰

Ora, um dos elementos distintivos dos romances de Austen é o zelo em configurar, na terminologia de Raymond Williams, comunidades cognoscíveis, em que se registram e especificam os códigos sociais que regem as interações das personagens.³¹ Como observa Robert Irvine, trata-se de uma técnica narrativa em que a voz individual tende a ser explicitamente mediada pela voz comunal.³² Em *Emma*, por exemplo, evoca-se Highbury como “a little social commonweath” (“uma pequena comunidade de sociabilidade”, numa tradução que não captura todas as valências do termo “commonwealth”, que podem incluir “organização”, “Estado”, “união”, “aliança” ou até mesmo “república”). É uma comunidade no interior da qual o principal dever é conhecer, respeitar e, sobretudo, defender as regras que a estruturam. Personagens que ignoram tais regras, como Harriet, ou que as violam de maneira flagrante, como Frank Churchill, cujo nome e hábitos afrancesados encarnam os perigos do Continente, avultam como uma ameaça ao bem-estar de todos.³³ O Sr. Knightley, por cuja voz fala a tradição, rapidamente desaprova o comportamento de Frank. Traduz em termos quase clínicos a propensão

²⁸ “Let the Portmans go to Ireland, but as you know nothing of the Manners there, you had better not go with them. You will be in danger of giving false representations” (LE FAYE, Deidre (ed.). *Jane Austen's Letters*. 3. ed. Oxford – Nova Iorque: OUP, 1995, p. 269).

²⁹ MORETTI, Franco. *The Way of the World*. Trad. Albert Sbragia. 2. ed. Londres – Nova Iorque: Verso, 2000, p. 54-55.

³⁰ Cf. VASCONCELOS, Sandra Guardini T. *A formação do romance inglês*. São Paulo: Hucitec – Fapesp, 2007, p. 48.

³¹ WILLIAMS, Raymond. *The English Novel from Dickens to Lawrence*. Londres: Hogarth Press, 1987, p. 12-14.

³² IRVINE, Robert. *Jane Austen*. Londres: Routledge, 2005, p. 79 e ss.

³³ SOUTHAM, Brian C. “Jane Austen's Englishness: Emma as National Tale” cit.

do recém-chegado em gratificar seus impulsos à revelia das vontades e dos interesses de terceiros. Frank seria um risco à saúde dos membros da comunidade: “O Sr. Knightley se irritou. ‘Esse rapaz’, disse ele com indignação, ‘só pensa em exhibir a sua voz. Isso não pode ser!’ E, cutucando Miss Bates, que nesse momento estava por perto — ‘Miss Bates, você é louca de deixar sua sobrinha cantar dessa maneira, até ficar rouca? Vá e interfira!’”. A interferência – não de Miss Bates, mas do Sr. Knightley e de seu “inglês cavalheiresco, direto e sem afetação”³⁴ – traz resultados. Guiada pelo virtuoso fidalgo, Emma se dá conta de que se enganara tanto sobre Harriet quanto sobre Frank. Ao final, o *commonwealth* de Highbury cura-se de sua moléstia e afirma a solidez de seus códigos hereditários, num movimento em que a figuração do real e a prescrição de um certo tipo de realidade tornam-se indistinguíveis.

Dada a investidura da novelística de Jane Austen na ordem social inglesa, compreendem-se seus receios quanto à viabilidade de se produzir uma obra realista ambientada na *Celtic fringe*, ou com personagens dela provenientes. Sua história de violência, miséria e emigração em massa desaguava num quadro em que qualquer sugestão de unidade, coesão ou estabilidade social soava fantasiosa demais até para uma obra imaginativa. Em meados do século XVIII, David Hume já conjecturara, em sua monumental *História da Inglaterra*, se seria possível dar forma narrativa à trajetória de sociedades perpassadas por revoluções repentinas, violentas e inesperadas, porque demasiado guiadas pelo “capricho” e por atos de “crueldade”.³⁵ E até mesmo Maria Edgeworth, que tanto cativara Austen com seus romances ambientados na Irlanda, eventualmente confessaria numa carta a seu irmão que era impossível retratar a Irlanda num livro de ficção. As paixões partidárias seriam fortes e violentas demais para que se tolerasse a sua representação. Leitores amaldiçoariam “a tola que direcionou o espelho para a natureza – distorcida natureza febril”.³⁶

Por óbvio, as dúvidas de Austen não frutificam num modelo novelístico apto a acomodar a crueldade caprichosa e a natureza febril da *Celtic fringe*. A ausência de figuração da experiência escocesa (quanto mais *highlander*!), galesa ou irlandesa simplesmente evade o problema. Apenas em *Northanger Abbey* (1799, publicado em 1817), o primeiro e mais programático dos romances de Austen, sugere-se uma alternativa ao modelo realista. Com alguma facécia, insinua-se que o gótico e o romanesco têm potencial para fornecer as ferramentas para a representação das “extremidades norte e oeste” do país (i.e., Escócia, Gales e Irlanda).³⁷ Depois de uma série de constrangimentos e

³⁴ AUSTEN, Jane. *Emma*. Ed. Stephen M. Parish cit., p. 294.

³⁵ HUME, David. *The History of England*. Indianapolis: Liberty Fund, 1983, v. 1, p. 3. Ver CRAIG, Cairns. *Out of History: Narrative Paradigms in Scottish and English Culture*. Edimburgo: Polygon, 1996, p. 68.

³⁶ “[...] curse the fool who held the mirror up to nature – distorted nature in a fever” (apud LLOYD, David. *Anomalous States: Irish Writing and the Post-Colonial Moment*. Durham: Duke University Press, 1993, p. 134).

³⁷ “[...] northern and western extremities” (AUSTEN, Jane. *Northanger Abbey*. Ed. Barbara M. Benedict; Deidre Le Faye. Cambridge: CUP, 2006, p. 205).

humilhações, Catherine Moorland aprende que a educação, o direito e a religião seriam importantes salvaguardas até para a vida “de uma esposa desamada”. Noutras palavras, a realidade inglesa estreitaria os limites do possível. Como lhe ensina Henry Tilney: é preciso que se lembre do país e do tempo em que vivem. São ingleses. São cristãos. Caso consultasse seu “senso do provável”, Catherine veria que as “atrocidades” que povoam o imaginário do gótico jamais seriam toleradas na Inglaterra setecentista.³⁸

É exatamente para preservar esse liame tão palpável entre a estabilidade inglesa e a percepção de um mundo regrado, previsível e desencantado que a novelística austeniana acaba por reprimir a presença de elementos escoceses, irlandeses e galeses. Trata-se, no entanto, de um impulso que tem algo de intrinsecamente disfuncional e contraproducente. O compromisso austeniano com a configuração de uma comunidade cognoscível inevitavelmente leva a narrativa a confrontar-se, ainda que de maneira pontual e fugaz, com o suporte material – ou colonial? – da incomparável prosperidade inglesa. Ainda que oblíqua e alusivamente, a periferia da Grã-Bretanha irrompe na figuração do centro inglês. Essas intromissões, no entanto, quase sempre se dão sob o signo da desordem.

França

Assim como Catherine Moorland incorrera no erro de ler a realidade inglesa sob as convenções gótico, Marianne flerta com o desastre ao se deixar arrebatada pelas efusões da literatura sentimental, em *Sense and Sensibility* (1811). Apaixona-se por Willoughby, um sedutor que professa admiração pelo sublime e pelo pitoresco, numa visita em que discorrem com furor e deleite sobre seus livros favoritos: “Seus gostos eram admiravelmente semelhantes. Os mesmos livros, os mesmos trechos, eram idolatrados pelos dois”.³⁹ Reiteradamente, associam-se a sensibilidade e a imprudência de Marianne às suas leituras. Até o inofensivo Edward Ferrars zombaria que, se Marianne fosse aquinhoadada com uma herança, ela compraria cada cópia dos livros de Thomson, Cowper e Scott “para evitar que caíssem em mãos indignas”.⁴⁰ Num primeiro nível, as provações de Marianne, a despeito do final agridoce que lhe é reservado, constituem uma advertência em forma narrativa dos perigos oferecidos por obras que apelavam em demasia aos sentimentos, num expediente em que se mobiliza um tipo de discurso que há décadas saturava a cultura impressa britânica. Embora fosse ele mesmo autor de um dos maiores *best-sellers* da literatura sentimental setecentista, adequadamente intitulado de *The Man of Feeling* (1771), o escocês Henry Mackenzie já afirmara, num ensaio

³⁸ Idem, p. 203.

³⁹ “Their taste was strikingly alike. The same books, the same passages were idolized by each” (AUSTEN, Jane. *Sense and Sensibility*. Ed. Edward Copeland. Cambridge: CUP, 2006, p. 56).

⁴⁰ “[...] to prevent their falling into unworthy hands” (AUSTEN, Jane. *Sense and Sensibility* cit., p. 107).

para o *Lounger* em 1785, que a incitação de sentimentos sutis e refinados por certos escritores teria um efeito nocivo sobre a apreciação da felicidade. O refinamento doentio, prossegue Mackenzie, criaria prazeres e infortúnios imaginários. Exasperaria desapontamentos banais e depreciaria as conquistas ordinárias da vida.⁴¹ Noutro nível, insinua-se que o culto à sensibilidade não seria ínsito à sociedade e à índole dos ingleses. Teria algo de estrangeiro – mais precisamente, de escocês. Dois dos poetas citados por Ferrars são escoceses: Thomson e Scott.

Quando da publicação de *Sense and Sensibility*, imputar aos escoceses e, por conseguinte, às suas obras literárias uma propensão imoderada à pieguice era uma prática há muito arraigada nas letras inglesas. Trata-se de uma imputação, aliás, feita pela própria Austen em sua juvenília. Na já citada novela *Love and Friendship*, tem-se a paisagem escocesa como o palco ideal para uma ácida sátira do romance sentimental, em que qualquer conversa, até sobre o azul do céu, é pretexto para as personagens desabarem em lágrimas. Em *Evelina* (1778), de Frances Burney, a quem a narradora de *Northanger Abbey* atribui os maiores poderes do intelecto,⁴² o Sr. Macartney flerta com o suicídio. Pobre e desprezado por todos, será salvo pela protagonista, de quem, posteriormente, se descobre meio-irmão. Na cena em que se introduz o Sr. Macartney, deriva-se seu porte sorumbático de sua nacionalidade e, por extensão, de sua condição econômica: nada mais seria que “um pobre poeta escocês”.⁴³ Tal associação entre Escócia e sentimentalismo remonta provavelmente a Ossian, “autor”, personagem, narrador e sujeito poético de um ciclo de poemas publicados entre 1760 e 1763. Seu suposto tradutor, James Macpherson, um *highlander* de vinte e poucos anos, discorria em extensas dissertações sobre a antiguidade das composições, atribuindo-as a um bardo caledônio do século III d. C. Ossian seria o último de uma linhagem de heróis. Velho, cego e solitário, pranteia o túmulo de seus antepassados – símbolo apropriado de uma nação, como a escocesa, que se via derrotada pela História.⁴⁴ A obra poética de Walter Scott, que tanto cativava Marianne, abunda em caracteres ossiânicos. Num longo poema repartido em seis cantos, *The Lay of the Last Minstrel* (1805), delega-se a narrativa a um menestrel “negligenciado e oprimido”. É “o último de todos os Bardos”, relíquia dos “velhos tempos [que] se foram, [d]os velhos hábitos [que] mudaram”.⁴⁵ Ao longo de *Sense and Sensibility*, Marianne aprenderá que, quaisquer que sejam os hábitos celebrados por

⁴¹ MACKENZIE, Henry. “Papers from *The Lounger*”. *The works of Henry Mackenzie, Esq.* Edimburgo: James Ballantyne and Co. 1805, v. 5, p. 184.

⁴² AUSTEN, Jane. *Northanger Abbey* cit., p. 31.

⁴³ BURNEY, Frances. *Evelina, or, A Young Lady's Entrance into the World. In a Series of Letters*. Ed. Susan Kubica Howard. Peterborough, ON: Broadview, 2000, p. 292. Sobre o Sr. Macartney e o estereótipo do escocês sentimental, ver: SHIELDS, Juliet. *Sentimental Literature and Anglo-Scottish identity, 1745-1820*. Cambridge: CUP, 2010, p. 99-103.

⁴⁴ Cf. STAFFORD, Fiona J. *The Last of the Race: The Growth of a Myth from Milton to Darwin*. Oxford: Clarendon, 1997, p. 102 e ss. e QUINT, David. *Epic and Empire*. Princeton, NJ: PUP, 1993, p. 347-348.

⁴⁵ SCOTT, Walter. “The Lay of the Last Minstrel”. *The Poetical Works of Sir Walter Scott: with the Author's Introductions and Notes*. Ed. J. Logie Robertson. Oxford: OUP, 1910, p. 1.

Scott e seus conterrâneos, não devem guiar a conduta de uma protagonista de um romance inglês.

Em *Pride and Prejudice* (1813), a Escócia é o destino para o qual, anuncia-se, Lydia e Wickham teriam fugido para se casar sem a permissão do senhor e da senhora Bennet. Antes de 1753, o único requisito para a validade de um casamento na Inglaterra e em Gales era a presença de um clérigo da Igreja Anglicana. Ainda que celebrado sem registro oficial, na calada da noite e fora de um templo religioso: nada afetava os direitos e os privilégios dos cônjuges.⁴⁶ Vicejava, sob esse quadro de relativa lassitude, um verdadeiro mercado informal de casamentos. Clérigos celebravam o matrimônio de quem quer que batesse à sua porta, mediante pagamento, sem maiores perguntas. Sob a justificativa de proteger donzelas inocentes e coibir a bigamia, o Parlamento baixou, em 1753, o chamado Marriage Act, que exigia não só a autorização paterna, mas também a aquisição de licenças e a promulgação de proclamas. Para contornar as restrições, muitos pombinhos simplesmente caíam na estrada rumo à Escócia, onde o Marriage Act não vigorava. Por isso, quando Elizabeth Bennet lê na carta de Jane que a irmã foi para a Escócia com um dos oficiais do Coronel Forster,⁴⁷ tanto Lizzy quanto qualquer leitor inglês sabem o que isso significa: Lydia foi para a cidadezinha de Gretna Green, logo na fronteira com a Inglaterra, para se casar às escondidas com Wickham. Popularmente conhecida como o “Templo Caledônio do Himeneu”, Gretna Green seria descrita por William Gilpin, autor de um tratado sobre o pitoresco muito apreciado por Austen, como o lugar

[...] onde aquela espécie de literatura, chamada romance, pode ser estudada com mais sucesso. Poucos meses de conversa com os literatos locais outorgarão ao estudante curioso um enorme fundo de anedotas, que, com um pouco de imaginação para arranjá-las, poderá tecer quantos volumes quiser. — Em suas mãos, pode brilhar a delicadeza daquela ninfa [...] que, sem o apoio de um pai, desacompanhada da irmã, corajosamente se atira nos braços de um aventureiro [...] e vê seu nome ser inscrito [...] no rol da prostituição.⁴⁸

Felizmente para a família Bennet, esse não será o destino de Lydia. Pouco depois se descobre que ela e Wickham não foram para a Escócia. Esconderam-se em Londres, de onde o soldado passa a extorquir os Bennets para que lhe paguem um dote. Do contrário, deixará Lydia em

⁴⁶ PROBERT, Rebecca. *Marriage Law and Practice in the Long Eighteenth Century: a Reassessment*. Cambridge: CUP, 2009, p. 177-178.

⁴⁷ AUSTEN, Jane. *Pride and Prejudice*. Ed. Pat Rogers. Cambridge: CUP, 2006, p. 301.

⁴⁸ “[...] where that species of literature, called novel-writing, may be the most successfully studied. A few months conversation with the literati of this place, will furnish the inquisitive student with such a fund of anecdotes, that with a moderate share of imagination in tacking them together, he may spin out as many volumes as he pleases. — In his hands may shine the delicacy of that nymph [...] who unsupported by a father, unattended by a sister, boldly throws herself into the arms of some adventurer [...] and suffers her name to be inrolled [...] in the records of prostitution” (apud O’CONNELL, Lisa. “Dislocating Literature: the Novel and the Gretna Green Romance, 1770-1850”. *Novel: a Forum on Fiction*, v. 35, n. 1 (outono, 2001), p. 5-23).

desgraça. Darcy intervém rápida e secretamente para salvar a reputação da irmã de sua amada Elizabeth.

Se a estrada para Gretna Green não passa de um rumor em *Pride and Prejudice*, é efetivamente trilhada em *Mansfield Park* (1814). Para não retornar à casa paterna, Julia Bertram fugiu para a Escócia com o Sr. Yates. A sombra da *Celtic fringe*, no entanto, não espreita apenas personagens secundárias, porquanto também informa a caracterização de duas das principais forças desestabilizadoras do romance: Mary e Henry Crawford. Mary lê os sermões do famoso retor escocês Hugh Blair e, como lembra Kate Trumpner, toca um instrumento musical comumente associado à Irlanda: a harpa.⁴⁹ No já citado romance de Lady Morgan, *The Wild Irish Girl* (1806), Mortimer apaixona-se por Glorvina, a epônima irlandezinha selvagem, ao ouvi-la tocar sua harpa. Como ele mesmo observa, a respeito de um desenho: “[a]quela expressão belamente pensativa que colore o semblante de Glorvina, quando sussurra suas melodias nativas [...]; e sua roupa, sua atitude e sua harpa formam uma feliz combinação”.⁵⁰ Mary pode ser lida quase como uma versão paródica de Glorvina, esta personagem que causou imensa sensação nas primeiras décadas do século XIX: “Uma jovem bela e vivaz, com uma harpa tão elegante quanto ela mesma, [...] era o suficiente para enredar o coração de qualquer homem”.⁵¹ Crawford, ademais, é o nome de um dos maiores clãs escoceses, cuja influência se estendia até mesmo ao sul do rio Tweed.⁵² Há alguns indícios de que a escolha do nome não seja aleatória. “Negro e feio” – “black and plain” – é a maneira como a narradora, numa passagem marcada pelo discurso indireto livre, se refere a Henry. Mary, por sua vez, é-nos apresentada como uma bela jovem dotada de “olhos escuros” (“dark eye”) e “compleição castanha” (“brown complexion”).⁵³ Obviamente, os Crawfords não tinham origens ibéricas, mediterrâneas, berberes ou africanas – o espectro africano de *Mansfield Park* está nas propriedades de Sir Thomas Bertram, nas Antilhas, como Edward Said demonstra de modo lapidar em *Culture and Imperialism*.⁵⁴ *Black*, *brown* ou *dark* são termos frequentemente usados nos séculos XVIII e XIX para descrever a aparência dos *highlanders*. Em *Waverley* (1814), de Walter Scott, Flora e Fergus teriam cabelos e olhos escuros, enquanto Rose e Edward são mais claros. Todos esses predicados, embora não estabeleçam a nacionalidade dos Crawfords (a narradora é exasperantemente silente quanto a isso),

⁴⁹ TRUMPENER, Katie. *Bardic Nationalism: the Romantic Novel and the British Empire*. Princeton, NJ: PUP, 1997, p. 19.

⁵⁰ “That beautifully pensive expression which touches the countenance of Glorvina, when breathing her native strains [...]; and her costume, attitude, and harp, form as happy a combination of traits, as a single portrait perhaps ever presented” (OWENSON, Sydney (Lady Morgan). *The Wild Irish Girl* cit., p. 97).

⁵¹ “A young woman, pretty, lively, with a harp as elegant as herself [...] was enough to catch any man’s heart” (AUSTEN, Jane. *Mansfield Park* cit., p. 76). Sobre a fortuna crítica imediata de *The Wild Irish Girl*, ver CONNOLLY, Claire. “The Wild Irish Girl as Media Event”. *Colby Quarteley*, v. 36, n. 2 (junho, 2000), p. 98-115.

⁵² Cf. DOODY, Margaret Anne. *Jane Austen’s Names: Riddles, Persons, Places*. Chicago – Londres: Chicago University Press, 2015, p. 130.

⁵³ AUSTEN, Jane. *Mansfield Park*. Ed. John Wiltshire. Cambridge: CUP, 2005, p. 51.

⁵⁴ SAID, Edward. *Culture and Imperialism*. Nova Iorque: Vintage, 1994, p. 81 e ss.

preunciavam problemas para os contemporâneos e conterrâneos de Austen.

Já discutimos como as referências de Miss Bates à expedição dos Campbells à morada dos Dixons na Irlanda são permeadas por um sentimento latente de incerteza e urgência. Não é necessário repetir o ponto. É importante notar, todavia, como essa nódoa irlandesa que sobrepaira os amigos de Jane Fairfax acaba por ser instrumentalizada por Frank Churchill para ludibriar Emma e os demais membros do *commonwealth* de Highbury. Depois de insinuar que o piano seria um presente de Dixon a Jane Fairfax, Frank cochicha para Emma que a Senhorita Fairfax arrumou o cabelo de uma maneira estranha, *outrée*. Perguntará se se trata de uma moda irlandesa.⁵⁵ Embora Emma não consiga distinguir nada de excepcional no penteado, o comentário de Frank contribui para atizar suas suspeitas de que Jane e o Sr. Dixon tenham um *affair*. Tais suspeitas se convertem em certeza absoluta pouco depois, quando Frank lhe mostra as partituras das melodias irlandesas que Jane pretendia tocar em seu recém-chegado piano. Assim como Napoleão ameaçava invadir a Grã-Bretanha pela Irlanda, o mais afrancesado dos personagens do romance — aquele cujo nome significa francês, cujo vocabulário é repleto de palavras francesas e que declara preferir a França à Inglaterra — vale-se da Irlanda para corroer os alicerces de uma exemplar comunidade inglesa.

Significativamente, é no momento em que se dissipa a ameaça napoleônica que Austen parece, enfim, encontrar uma solução narrativa para superar a oposição entre o centro inglês e a periferia celta. Finalizado depois da Batalha de Waterloo, *Persuasion* (1817) é um romance que, a despeito de sua ambientação inequivocamente inglesa, articula um universo ficcional que não se esgota em nenhuma das *Home Nations*, porque tal universo é, acima de tudo, britânico. Trata-se de um romance em que sobrenomes, ao contrário de *Mansfield Park*, parecem esvaziados de seu subtexto étnico. A sonoridade escocesa dos sobrenomes Elliot e Dalrymple contrasta com a proveniência, respectivamente, inglesa e irlandesa de seus portadores. Uma recriminação de Sir Walter, o pai da protagonista, tematiza perfeitamente uma nova atitude quanto aos sobrenomes: “uma mera Senhora Smith, uma reles Senhora Smith. Entre todos os nomes e todas as pessoas do mundo, é ela a amiga seleta da Senhorita Anne Elliot, que lhe dá preferência sobre toda a sua família e parentes da nobreza da Inglaterra e da Irlanda! Senhora Smith! Que nome!”⁵⁶ Noutro nível, há personagens como o Capitão Wentworth e o Almirante Croft, cujas lealdades são, precipuamente, para com

⁵⁵ AUSTEN, Jane. *Emma*. Ed. Stephen M. Parish cit., p. 144. Para uma discussão desta passagem, ver: TAYLOR, Colleen. “Austen Answers the Irish Question: Satire, Anxiety, and *Emma*’s Allusory Ireland” cit.

⁵⁶ “[...] a mere Mrs. Smith, an every day Mrs. Smith, of all people and all names in the world, to be the chosen friend of Miss Anne Elliot, and to be preferred by her, to her own family connections among the nobility of England and Ireland! Mrs. Smith, such a name!” (AUSTEN, Jane. *Persuasion*. Ed. Patricia Meyer Spacks. Nova Iorque – Londres: Norton, 1995, p. 104).

instituições britânicas. Linda Colley, no já clássico *Britons: Forging a Nation*, toma as lutas contra a França como a principal força propulsora para a postulação de uma identidade em que se acomodariam todos – ou quase todos – os povos das Ilhas Britânicas.⁵⁷ Seria o perigo externo, seja em sua feição católica, seja em sua feição republicana e revolucionária, que reuniria homens das Terras Altas à Cornualha, de Ulster a Snowdonia, numa vasta e unificada máquina de guerra, sob a supervisão de um Parlamento recentemente expandido para incorporar os representantes de Dublin. A Marinha, ou Royal Navy, que tantas glórias e riquezas trouxe a Wentworth, expandiria de maneira quase exponencial entre 1789 e 1812. No início da Revolução Francesa, empregava 16.000 pessoas. Três anos antes do triunfo sobre Napoleão, 140.000.⁵⁸ Anne Elliot, que prefere ler os jornais da marinha aos almanaques da fidalguia inglesa, discorda do paroquialismo de seus familiares e parece esposar uma perspectiva unionista. Sir Walter demonstra enorme insatisfação ante a possibilidades de que militares se instalem nos arrabaldes de sua morada. Não quer nem ouvir falar de alugar a sua casa para esse tipo de gente. Despreza a Marinha por elevar homens de origens obscuras a uma posição imerecida, a outorgar-lhes honrarias com as quais seus pais e avós jamais sonharam. Anne, por sua vez, crê que a guerra pôs abaixo algumas das antigas distinções sociais. Afirma que os membros das forças armadas, particularmente os da marinha, que tanto fizeram por “nós”, teriam igual direito “aos confortos e privilégios que uma casa pode oferecer”.⁵⁹ Tradicionalmente, vincula-se a parcialidade de Austen em favor das forças armadas às suas conexões familiares. Dois de seus irmãos ascenderam na hierarquia naval nas guerras contra a França. Pode ser. Contudo, numa quadra histórica em que se reverenciava um irlandês, Arthur Wellesley, o Duque de Wellington, como o herói que derrotara Napoleão, as palavras de Anne Elliot adquirem uma dimensão e uma profundidade que talvez escapem à própria Austen.

Novelismo e União

O controvertido cenário político entre as décadas de 1790 e 1810 resultou num enorme incremento na produção e consumo de romances na Grã-Bretanha, num processo que culmina com o “novelismo”, termo de Clifford Siskin para “a subordinação habitual da escrita ao romance”.⁶⁰ Reconhecia-se o potencial da narrativa novelística para articular formalmente os múltiplos discursos políticos, sociais e filosóficos que

⁵⁷ COLLEY, Linda. *Britons: Forging the Nation 1707-1837*. New Haven – Londres: Yale University Press, 1992, p. 283 e ss. Católicos irlandeses ainda seriam tratados oficialmente como cidadãos de segunda classe até a promulgação do Roman Catholic Relief Act, em 1829.

⁵⁸ Idem, p. 287.

⁵⁹ “[...] all the comforts and all the privileges which any home can give” (AUSTEN, Jane. *Persuasion* cit., p. 14).

⁶⁰ SISKIN, Clifford. *The Work of Writing: Literature and Social Change in Britain, 1700-1830*. Baltimore – Londres: Johns Hopkins University Press, 1998, p. 172.

disputavam a atenção de um mercado de leitores cada vez mais heterogêneo e massificado. Como afirmaria Anna Laetitia Barbauld, no ensaio que faz as vezes de prefácio à sua influente antologia de romancistas britânicos: “uma porção considerável dos romances modernos devota-se a recomendar, ou reprovar, aqueles sistemas da filosofia e da política que suscitaram tanta comoção nos últimos anos”.⁶¹ Noutras palavras, o romance emergia, por volta de 1800, como um *locus* textual privilegiado para o confronto ideológico.

O período de maturidade de Austen, da conclusão de *Northanger Abbey* (sob o título de *Susan*), em 1799, até a sua morte, em 1817, coincide com o advento do novelismo. É um período pródigo em explorações ficcionais de um dos mais espinhosos problemas das sociedades agrupadas sob o Estado britânico: os impasses, os limites e os benefícios da União. Pensemos nas obras citadas ao longo deste ensaio: *The Wild Irish Girl e O'Donnel*, de Lady Morgan; *Clan-Albin*, de Christian Isobel Johnstone; *Ennui*, de Maria Edgeworth; e *Waverley*, de Walter Scott. Por muito tempo, enxergaram-se os romances adultos de Jane Austen como textos que, de maneira extraordinária, conseguiam abstrair desse efervescente caldo cultural e literário. Marilyn Butler, num livro seminal, *Jane Austen and the War of Ideas* (1975), demonstrou como a novelística de Austen dialoga polemicamente com os romances jacobinos e antijacobinos que inundavam o mercado editorial britânico – e claramente condenava o tumulto revolucionário do Continente. Tentei mostrar, aqui, como a novelística madura de Austen também oferece uma resposta conservadora e estritamente inglesa às incompletudes e insuficiências da União: o silêncio desconfortável ou a guerra contra a França.

⁶¹ “No small proportion of modern novels have been devoted to recommend, or to mark with reprobation, those systems of philosophy or politics which have raised so much ferment of late years” (BARBAULD, Anna Laetitia. “On the Origin and Progress of Novel-Writing”. *Selected Poetry and Prose*. Ed. William McCarthy; Elizabeth Kraft. Peterborough, ON: Broadview, 2002, p. 415).